



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0827/12	DATA: 12/06/2012
INÍCIO: 15h23min	TÉRMINO: 16h24min	DURAÇÃO: 01h01min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h01min	PÁGINAS: 19	QUARTOS: 13

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO - Secretário do Tesouro Nacional.

SUMÁRIO: Audiência pública para esclarecimentos sobre o cumprimento das metas fiscais referentes ao segundo e terceiro quadrimestre de 2011 e primeiro quadrimestre de 2012.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Declaro iniciada a 4º reunião de audiência pública de 2012 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Sr. Arno Hugo Augustin Filho, que já se encontra à mesa e prestará esclarecimentos acerca da avaliação do cumprimento das metas fiscais referentes ao segundo e terceiro quadrimestre de 2011 e ao primeiro quadrimestre de 2012, conforme disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Anuncio a presença do Subsecretário, Sr. Cleber Oliveira, do Coordenador, Sr. Felipe Bardella, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e do Secretário-Adjunto, Sr. Jorge Soares, da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser aparteado.

Conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas as réplicas e as trélicas, pelo mesmo prazo.

A lista de inscrição para os debates já está aberta.

Com a palavra o Sr. Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, para fazer sua exposição inicial.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO - Cumprimento os Srs. Deputados. Vou fazer, como usualmente, uma apresentação rápida, até para efeitos de cumprimento da definição legal, depois, se for necessário algum esclarecimento, obviamente estaremos à disposição.

(Segue-se exibição de imagens.)

No ano passado, como é de conhecimento, nós cumprimos a meta fiscal, obtendo, do ponto de vista do setor público consolidado, um resultado primário de 128,7 bilhões, quando a meta da Lei de Diretrizes Orçamentárias era de 127,9 bilhões. Portanto, a meta foi cumprida, do ponto de vista do setor público consolidado, que é a obrigação legal. E o Governo Federal atingiu uma meta de 93,6 bilhões, contra uma definição de meta de 91,8 bilhões. Portanto, também cumprindo a meta fiscal.

O próximo *slide* apresenta a situação deste ano, dados em que gostaria de me deter mais. A meta do ano é de 97 bilhões do Governo central. A meta do primeiro quadrimestre foi fixada em 28 bilhões e a do segundo quadrimestre em 46 bilhões.

Ao final do primeiro quadrimestre, nós já estamos com resultado primário de 44,5 bilhões, ou seja, nós estamos a 1,5 bilhão do cumprimento da meta já do segundo quadrimestre. Logo, fica evidente, só por esse quadro, que as condições de cumprimento de primário neste ano estão colocadas de forma muito objetiva, clara. Não temos dúvida alguma da possibilidade de fazê-lo, mesmo num ano em que o Governo já definiu e continuará atento às necessidades de medidas anticíclicas para fazer com que a economia brasileira possa reagir em razão de quadro internacional desfavorável num menor prazo possível.

Portanto, mesmo com as medidas anticíclicas, nós anunciamos recentemente várias medidas de redução, por exemplo, de tributação, de mais apoio por meio de taxas de juros subsidiadas à nossa indústria, várias medidas. Mesmo com elas, nós temos tranquilidade, até porque, nos primeiros meses do ano, o primário observado foi bem acima daquilo previsto no decreto. Ou seja, nós estamos já com 44,5 bilhões de reais de primário, quando o segundo quadrimestre, ou seja, mais um quadrimestre ainda a ocorrer, a meta é de 46 bilhões de reais.

A próxima planilha tem a avaliação do cumprimento da meta, incluindo as empresas estatais. No primeiro quadrimestre, elas tiveram déficit de 317 milhões de reais. Estava previsto um déficit de 413 milhões. Portanto, aqui também um resultado em linha com o previsto. Só para lembrar, o previsto de resultado das empresas estatais é zero, ou seja, que elas não sejam superavitárias nem deficitárias. No ano passado, elas foram superavitárias em 0,3 bilhão de reais.

No próximo *slide* temos a meta do ano. Apenas para efeito de demonstração, a meta nominal do Governo Federal é de 96,9 bilhões de reais. Os senhores votaram um resultado fiscal previsto, não mais vinculado ao PIB, mas um valor. Então, o resultado deste ano, aberto pelas receitas e despesas previstas, é de 96,7 bilhões de reais.



Na próxima planilha, há um quadro que eu acho muito importante para efeito de compreensão do que está acontecendo no Brasil. Ela mostra a evolução da receita e da despesa aberta. No quadro à esquerda, em relação ao valor nominal, ou seja, o quanto cresceu nominalmente a receita em relação ao ano passado. E, no da direita, abatida a variação do PIB nominal, no caso, ou seja, a variação real e também a variação nominal, para vermos quais contas estão crescendo acima e quais estão crescendo abaixo da economia.

O que verificamos por essa metodologia? Que as receitas totais cresceram 4,6% acima do PIB. Portanto, a receita continua crescendo de forma positiva. As transferências a Estados e Municípios cresceram 3,7%; e, com isso, a receita líquida total 4,8%. As despesas cresceram 5,4% acima do PIB nominal, mas a abertura delas mostra situação positiva, principalmente porque as principais contas, que são as contas de pessoal e do déficit da Previdência, têm tido resultado positivo no sentido fiscal. Despesas de pessoal, por exemplo, nos primeiros 4 meses deste ano, nós estamos com 5,2% abaixo do PIB nominal, o que significa que essa conta, que é a principal conta primária, tem crescimento menor do que a do PIB. E o outro dado que nós consideramos muito positivo é o fato de que as despesas de capital cresceram 20,1% acima do PIB nominal ou o valor nominal de crescimento 28,9%.

Eu chamo a atenção para o fato de que o crescimento das despesas de capital corresponde a um esforço particularmente do fato de que, no ano passado e o reflexo das ações do ano passado, do ponto de vista financeiro, principalmente no primeiro quadrimestre, primeiro semestre deste ano, nós tínhamos um novo período de gestão e também nós tivemos a transição do PAC 1 para o PAC 2, o que é normal. Imaginem que em outras obras passaram a ser feitos os projetos, licitadas, licenças ambientais, enfim, todo aquele cronograma necessário para que um investimento se realize. Então, é normal que haja um período em que o crescimento e o investimento sejam um pouco menores. Pois bem, nós já estamos no primeiro quadrimestre com um crescimento de 20% em relação ao ano passado. Portanto, é um crescimento expressivo e importante. E essa é a tendência do ano.

Nesse primeiro quadrimestre, a conta das diferentes contas de investimento com maior crescimento é a do Minha Casa, Minha Vida. Eu ouço, às vezes, na imprensa ou, às vezes, algum analista dizer que o investimento feito no Minha Casa, Minha Vida não deveria ser avaliado como investimento. Nós respeitamos, mas não é isso que determina a legislação. A legislação determina assim. E não é isso, também, que diz toda a experiência internacional e a boa prática do ponto de vista de análise econômica. Portanto, temos tranquilidade quanto a isso. Talvez este seja o programa mais importante do ponto de vista de geração de emprego, de formação bruta de capital na economia e capacidade de, com esse investimento, ter reação econômica forte, dada a crise internacional.

A próxima planilha mostra a evolução da conta de pessoal em relação ao PIB. Com ela, nós podemos ver que as despesas de pessoal em relação ao PIB vêm caindo. Eu chamo a atenção para isso, porque, em 2008 e 2009, nós fizemos reajustes muito fortes e foram reestruturadas várias carreiras. E, naquela época, muitos analistas diziam que o Governo estaria equivocado ao fazer essa política, já que aumentaria muito o gasto com o pessoal. E, naquele ano, naquele momento, isso ocorreu, era esperado que ocorresse, mas sempre dissemos que era naquele instante. Ou seja, a reestruturação de carreiras importantes se faz uma vez, não se faz todos os anos. E, portanto, a tendência posterior disso seria a redução. E, felizmente, isso vem ocorrendo.

O mesmo vale — está apresentado na planilha a seguir — para o resultado da Previdência, que é outra conta fiscal de grande importância, particularmente para análise de médio e longo prazo da situação fiscal de um país. Por essa análise, nós temos aqui o déficit em relação ao PIB, conforme podemos ver nessa linha. Por ela, podemos ver que o déficit da Previdência do Brasil já foi de 1,8% do PIB em 2006. Hoje, ele caiu para 0,9%. E a tendência dele é de ser um déficit com tendência de queda ou controlado. Isso decorre muito do aumento da formalização, ou seja, da arrecadação previdenciária, que hoje está com capacidade bem melhor do ponto de vista da eficiência. Isso tem a ver com formalização, tem a ver com as mudanças feitas no sentido de trazer a fiscalização da Previdência para a Receita Federal, e tudo isso tem esse impacto positivo de redução do déficit.

Na próxima planilha, nós temos a apresentação do investimento total de 2007 a 2012, o valor gasto, investido, e o crescimento ano a ano disso. Por essa planilha, fica claro que em 2012 nós estamos com 21,1 bilhões de reais, que correspondem a um crescimento de 29% em relação ao investido no ano passado. Portanto, há tendência positiva de crescimento. Ano a ano, isso vem aumentando. E o nosso objetivo é que isso continue, inclusive, com maior velocidade ao longo de 2012 a 2013.

Como eu disse, em relação ao primeiro ano de gestão e a transição de PAC 1 para PAC 2, é normal que haja crescimento um pouco menor e, depois, isso toma um ritmo mais acelerado.



O PAC, especificamente, tem crescimento nominal de 50%, de 2011 para 2012, nos 4 primeiros meses do ano.

Na próxima planilha, para falar um pouco da dívida pública, tentando ficar dentro do prazo regimental e cumprindo todos os itens da apresentação que deve ser feita, chamo a atenção para o fato de que nós encerramos o mês de abril de 2012 com relação dívida/PIB de 35,7%. Ou seja, o Brasil, que, em 2002, tinha relação de dívida com o seu PIB de 60,4%, tem agora relação de dívida em relação ao seu PIB de 35,7%.

O que isso significa? Significa que o fenômeno que é o motivo principal da crise internacional em vários países, que é a segunda perna do W, ou seja, houve, primeiro, uma crise na área financeira. Essa crise teve como resposta ações governamentais anticíclicas e, num segundo momento, esses países passaram a ter algumas dificuldades fiscais. Essa segunda perna não ocorreu no Brasil. Pelo contrário, o Brasil, do ponto de vista fiscal, está muito sólido. Isso significa, por exemplo, no fato de que é a menor relação dívida/PIB que temos. Ou seja, ela vem caindo sistematicamente e estimamos uma continuidade desse movimento, ou seja, cada vez mais, o Brasil se libertar do peso de uma dívida pública que já foi muito elevada — 60% do PIB é um parâmetro forte — para quase metade disso. Essa é a tendência.

Por último, temos aqui um quadro de que não melhorou apenas do ponto de vista de que o valor em relação ao PIB é menor. O perfil dela é melhor. Então, nós estamos com um trabalho de diminuição da parcela da dívida, que é vinculada a um risco maior, a uma volatilidade maior, principalmente os nossos títulos em LFTs, que são títulos vinculados à SELIC, cuja parcela da dívida vem caindo sistematicamente.

As dívidas do Brasil em títulos vinculados à taxa flutuante, ou seja, à SELIC, ou a câmbio já foram de parcela expressiva. A maioria da dívida era assim. Hoje, 65% da nossa dívida é em títulos prefixados e títulos vinculados a índices de preços. Essa relação era o contrário. Quase toda a nossa dívida no ano passado era vinculada a câmbio ou vinculada à LFT.

Qual é a vantagem disso? Quando há turbulência mais forte — isso implica, por exemplo, variação mais forte da SELIC ou do câmbio —, a nossa dívida mantém estabilidade. Portanto, nós temos perfil melhor da dívida pública, e essa tendência ocorreu nesse último período e continuará a ocorrer.

Essas são as principais considerações, Presidente, senhoras e senhores, que eu tinha a fazer para introduzir esta audiência e enfocando o objetivo principal dela, que é o cumprimento da meta fiscal. O Brasil está bem avançado no cumprimento da meta fiscal. Este ano será um ano em que nós vamos olhar a partir até do fato de que estamos avançados nisso. Continuaremos a olhar para os movimentos de reação da economia. Diga-se de passagem, já se verifica um movimento de reação do ponto de vista do crescimento. Então, nós estamos bem animados de que o conjunto das medidas tomadas surtirão o efeito esperado, ou seja, de fazer com que tenhamos aceleração do crescimento no próximo período. Há indicações nesse sentido. E continuaremos com atenção muito grande da ação governamental para outras medidas que, eventualmente, se coloquem como as mais adequadas para manter ritmo de crescimento elevado e em recuperação, mesmo na crise internacional significativa que vivemos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Arno Augustin. Pela ordem, já temos aqui a inscrição, em primeiro lugar, do Deputado João Paulo Lima, nosso representante do Estado de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - (*Falha na gravação.*) ...foi bastante sucinta, mas com muita profundidade.

Quero parabenizá-lo porque normalmente se fazem exposições muito longas e de difícil compreensão.

A minha questão está ligada mais recentemente à questão... O cenário que mostra é relativamente tranquilo, eu diria até otimista, em relação à economia brasileira, mas como vê o impacto de uma não saída, eu diria, a curto prazo, da situação da Europa, a situação do euro?

Estamos vendo que mesmo o impacto desse socorro feito à Espanha... Tem-se um pouco a dimensão do desdobramento da crise na Europa e do euro na economia brasileira. Será um impacto muito forte, médio? Ou o Brasil vai administrar de forma mais tranquila uma crise maior na Europa?

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO - Eu queria agradecer, porque eu acho que essa talvez seja a questão mais importante sobre a qual todos nós da área governamental — e o Congresso faz parte sempre dessa reflexão — nos debruçamos neste momento.

Primeiro, a nossa avaliação é a de que a crise europeia infelizmente não mostra sinais de solução num prazo curto



Eu, nesses dias, estava fazendo uma exposição e me perguntaram o seguinte: *“Mas por que o Governo, que está tentando ser otimista com a economia, sempre enfatiza que a crise europeia é significativa, relevante?”* A resposta é a seguinte: porque é a verdade. Ou seja, é um fato. Nós não podemos sinalizar que a crise europeia não tem uma profundidade, quando ela tem, e vai continuar tendo, e vai continuar a ter efeitos.

Então, nós olhamos com preocupação o desenrolar da situação na Europa, mas olhamos com muito mais otimismo o impacto sobre a economia brasileira.

Eu queria chamar a atenção para o fato de que, no final de 2008, a crise que houve causou um impacto de redução do crescimento econômico em 2009, no Brasil, muito forte. Esse mesmo impacto não ocorreu agora, ou seja, cresceu menos do que gostaríamos e do que propomos como média de crescimento do Brasil, mas, vamos dizer assim, o efeito foi menor. Então, a base é um pouco melhor do que aquela.

Já em 2010 nós tivemos uma extraordinária recuperação, com medidas muito semelhantes às que nós estamos tomando agora. Então, o dinamismo do ponto de vista da demanda interna no Brasil continua, o dinamismo do ponto de vista do emprego continua.

Quero chamar a atenção para o fato de que o Brasil continua gerando uma grande quantidade de empregos, continua com taxas recordes de queda do desemprego e, portanto, tem os elementos necessários para reagir.

Então, a nossa resposta é de pouco otimismo do ponto de vista de prazo — preocupação com o aspecto internacional —, mas de muita tranquilidade, otimismo e, claro, trabalho.

Não é só dizer *“olha, vai melhorar”* ou *“está melhorando já”*. Temos que fazer as coisas que são necessárias, e o Governo tem tentado fazê-las. Isso significa apoiar alguns setores, desonerar setores, estar atento a qualquer questão setorial que seja necessária e fazer a nossa parte. Qual a nossa parte? Basicamente aumentar o investimento público. Isso é uma tarefa...

Eu quero deixar isso bem claro, porque é a posição do Governo. É importante que a sociedade e, em especial, o Congresso tenham essa informação de forma bem precisa. O Governo está trabalhando para aumentar o investimento. Não há, não houve e não haverá contingenciamento do investimento do PAC. Ou seja, nós vamos trabalhar com isso como objetivo.

Portanto, esta é uma reação necessária e que será feita. Evidentemente que, como há, do ponto de vista do projeto, da licitação, da questão ambiental, uma demora sempre na realização das obras, às vezes parece que alguém: *“Bom, mas não está andando com a velocidade que gostaríamos.”* É verdade. Mas está bem mais veloz do que já foi no passado. E nós esperamos que isso continue.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Obrigado, Sr. Presidente.

Secretário, eu quero cumprimentá-lo pela exposição, como disse o Deputado João Paulo Lima, bem objetiva.

Há duas questões sobre as quais eu queria dialogar. A primeira relaciona-se à receita. Eu continuo afirmando que o Congresso Nacional, nos últimos anos, tem acertado a receita. E o Tesouro e a Fazenda sempre a jogam para baixo — é normal que façam assim, sejam um pouco mais conservadores na questão da receita —; depois, logicamente, ao ser confirmada, aumenta-se.

Se considerarmos o quadrinho da receita, o que nós tínhamos previsto, 800, veio: o Governo mandou 831. Na LOA, nós votamos, aumentamos perto de 20 e, no decreto, houve uma redução, de novo, para baixo, inclusive no PLOA — isso é normal que aconteça —; depois, no próximo decreto, já houve um pequeno acréscimo, e eu tenho certeza de que, nos próximos decretos, a receita vai aumentar, porque todos nós estamos acompanhando a evolução. O próprio relatório mostra que há um crescimento real na ordem de 4,6%. Se nós seguirmos isso, o Congresso vai acertar de novo nas suas contas na LOA, de 853.

V.Exa. colocou com muita propriedade: a geração de empregos continua. Ao ter emprego, o povo compra. Isso é algo normal. O Dia das Mães foi excelente. No relatório da receita de maio, vai haver recorde de arrecadação de novo, porque o mês das mães foi muito bom. O comércio todo já deu os resultados, vendeu mais do que em 2011 — portanto, mais imposto —; se vendeu mais, vai entrar mais recurso. E, no que se refere ao Dia dos Namorados, pelo menos em Minas Gerais, a informação de todos os órgãos é a de que as vendas estão acima da média do ano passado. Já superaram, antes do dia, que é hoje, as vendas... Só Belo Horizonte espera vender, agora no Dia dos Namorados, 2 bilhões — só Belo Horizonte. Isso serve para vermos que há uma movimentação enorme nesse processo.



Então, o que eu queria perguntar é o seguinte: se a receita já está... Se já há uma previsão e a receita já está se consolidando nos 4 primeiros meses — vai vir o quinto agora —, nós precisaríamos ter um decreto, melhorar um pouco os decretos, para que os Ministérios... Porque alguns Ministérios continuam ainda reclamando. Vi nesse final de semana entrevista do General Fraxe em que diz que algumas coisas do DNIT não saíram porque estão faltando recursos. Eu, pessoalmente, tenho divergências com relação ao que ele falou, mas é fala de um dirigente.

O que está sendo pago aqui... Houve uma elevação — e isso certamente é real — de pagamentos em comparação ao ano passado. Essa é uma preocupação que eu tenho. Isso é pagamento de obras que já estavam em andamento. Novas licitações... Se considerarmos o DNIT, o Ministério das Cidades e mesmo o Turismo, a execução é baixíssima. Se abrirem licitação para começar a medir obra, para poder pagar, nós só vamos ver coisa para pagar no ano que vem.

Este ano muito pouco nós vamos conseguir pagar porque ninguém vai conseguir fazer licitação. Fazer edital, licitação e mais início de obra com menos de 3 meses é impossível porque a regra, a legislação, não permite. E nós ainda temos um problema eleitoral, porque a partir do dia 30 não se pode mais repassar recurso para a Prefeitura, porque ela não pode mais abrir licitação em virtude do período eleitoral. Portanto, só depois das eleições de novembro.

Logo, nós vamos ter um vazio nesse processo, que vai, logicamente, ajudar no superávit, mas, em compensação, para o investimento público, vai ser um prejuízo. Isso pode comprometer o processo do crescimento do PIB, que esperamos possa melhorar. Se nós não tivermos investimento público, não vamos ter crescimento do PIB. Só medida de consumo não vai resolver o nosso problema.

Então, eu só queria perguntar — vai sair o relatório da receita na semana que vem — se é possível ainda alguma alteração nesse decreto, para que possa melhorar um pouco, a fim de que até o dia 30, antes do período das eleições, possa ter uma liberação um pouco maior do processo de empenhos para esse ano.

Finalmente, quero dizer que o controle dos recursos que o Governo está fazendo com a taxa de juros diminuindo a relação dívida/PIB favorece a política de redução da taxa de juros. Realmente está acertado o enfrentamento que os bancos públicos estão fazendo com o setor privado. Se eles não baixarem, o Banco do Brasil e a Caixa vão crescer, e vai crescer a participação pública no mercado, o que é realmente muito bom. Ou os bancos privados entram no processo ou vão perder mercado. É melhor que o poder público também cresça um pouco. Acho que isso é importante.

Quero cumprimentar por essa ação correta o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado Gilmar Machado.

O próximo inscrito é o Deputado Duarte Nogueira, coordenador da bancada do PSDB na Comissão de Orçamento.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado Paulo Pimenta; Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; Sr. George Soares, Secretário-Adjunto; Sr. Cleber Oliveira, Subsecretário da Secretaria de Tesouro Nacional, Sras. e Srs. Parlamentares, não tive a oportunidade de ver toda a explanação do Sr. Arno, mas me permito, neste instante, como coordenador da bancada do PSDB, com a retaguarda sempre diligente e aposta da nossa assessoria da bancada nesta Comissão, realizar algumas perguntas. Passo a fazê-las, ato contínuo.

Sr. Secretário, recorrentemente o Governo tem-se utilizado de um mecanismo que tem prejudicado sobremaneira a efetivação das políticas públicas que os Parlamentares levam à Lei Orçamentária Anual por meio das emendas quando do processo de apreciação da LOA. Ao encaminhar a proposta orçamentária ao Congresso, o Executivo se vale da prerrogativa de abater o montante destinado ao PAC da meta do resultado primário, o que é mantido pelo Congresso, que devolve para sanção a proposta orçamentária com a meta ajustada. Ao início da execução da Lei Orçamentária Anual, o Executivo edita o decreto de programação orçamentária e financeira considerando o alcance da meta cheia, ou seja, sem abater o PAC da meta do resultado primário. Esse expediente, portanto, Sr. Arno, retira da execução o montante de despesas incluídas no Orçamento por meio das emendas parlamentares. O objetivo desse mecanismo é, de fato, prejudicial à execução das programações derivadas dessas emendas, razão pela qual eu indago se esse mecanismo continuará sendo utilizado neste ano.

Outra pergunta. O resultado do setor público acumulado nos últimos 4 meses deste exercício — já estamos falando de 2012 — é aparentemente muito bom, já deu conta de 43% da meta para todo o exercício, no total de 139 bilhões e 800 milhões de reais. O resultado da União teve igualmente bom desempenho no



quadrimestre: está em 45,5% dos 97 bilhões da meta em pouco menos de 3,2% do PIB, bem acima da proporção estipulada para todo o ano de 2,15% do PIB. Mas, na verdade, não são resultados excepcionais. Não me refiro apenas à qualidade dessa economia que tem sido obtida até agora mediante a paralisação dos investimentos públicos em infraestrutura, mas também ao fato de que, em outros anos, tirando os de crise, chegamos ao fim de abril com marcas melhores ou equivalentes: 3,7% do PIB, em 2007; 5,1% do PIB, em 2008, e 3,1% do PIB, em 2011. O que nós temos, portanto, a comemorar, na sua opinião? Vamos ter dificuldades para alcançar a meta cheia prevista na LDO, na sua opinião?

Mais uma pergunta. Está na imprensa a notícia de que setores do Governo defendem a redução da meta primária este ano. Para reduzi-la, o Governo terá que encaminhar projeto de lei para alterar a LDO, o que não se fez em 2011, quando, por conta própria e sem autorização legislativa, aumentou a meta em 10 bilhões de reais. Os sinais são infelizmente cada vez mais fortes de que a economia vai mal e junto com ela as receitas públicas.

Hoje, os jornais dão conta de que as receitas de Municípios estão ficando aquém das expectativas do orçamento. Estamos com problema grave de competitividade, fruto também de matérias trazidas nos últimos dias e de relatórios de organismos internacionais interpretando a competitividade do Brasil. Seguramente, temos, por parte do setor público, uma absorção de quase 37% de toda a riqueza gerada no País através do bolo fiscal. Esses 37% que são arrecadados devolvem em investimento supostamente 3% dos investimentos feitos no País. Os outros 63%, arcados pela iniciativa privada, pela sociedade brasileira, conseguem um investimento de 16%, o que faz a formação de investimento bruto de capital fixo do País ser da ordem de 19% a 18%, sendo que o Estado é que contribui cada vez menos aumentando a carga tributária.

Por outro lado, há os reforços de receitas de concessões previstas no último decreto de aproximadamente o mesmo valor, em torno de 3,7 bilhões, uma melhora nas receitas de estimativas de dividendo.

O senhor, como Secretário do Tesouro, tem declarado que a meta cheia de superávit primário do setor público este ano vai ser cumprida. Tem dito também que assim pretende abrir espaço para que a política monetária seja executada de forma a baixar os juros, o que é bom, salutar e conta com o apoio de todos nós e da sociedade como um todo. Quero supor, Sr. Secretário, que os dividendos a mais que se pretende arrecadar virão do BNDES, o mesmo banco ao qual o Tesouro já emprestou até o fim de abril último 317 bilhões de reais.

O BNDES recebe empréstimos, por um lado, paga juros abaixo da SELIC e distribui os lucros ao Tesouro. Pena que esse artifício contábil não estivesse tão disseminado quando foi escrita a Lei de Responsabilidade Fiscal para poder vedá-lo. Cada colocação de títulos de Tesouro usados para financiar o BNDES, Sr. Secretário, tem efeito contrário ao que se pretende na taxa de juros. Outro aspecto é que, se a intenção é a de prover o BNDES de recursos para fomentar a economia, é contraditório, portanto, extrair os dividendos.

Gostaria que o senhor considerasse essas minhas colocações para ouvir a sua opinião.

Mais duas perguntas, derradeiramente. Em 2012, não constou da Lei Orçamentária a previsão de recursos para fazer face ao aumento de despesas com o pessoal do Judiciário, a despeito do encaminhamento de proposta nesse sentido pelo Poder e da existência de projeto de lei nesse sentido. Houve, então, manifestações no tocante ao desrespeito à independência do Poder Judiciário e à ameaça à harmonia com os demais Poderes.

Na sua opinião, não seria idôneo debater antecipadamente e prever, como resultado desse debate, na LDO, recursos para as despesas adicionais do Judiciário? Não seria adequado que os três Poderes pudessem discutir, no âmbito do Legislativo, essa questão trazendo cada um os subsídios necessários — necessidades, previsão de arrecadação — de uma maneira mais transparente, para evitar esse conflito que vem ocorrendo entre Poderes, sobretudo do Judiciário com o Executivo?

As últimas duas perguntas. A política fiscal do Brasil até pode ser vista como vencedora. A manutenção de superávits, com muita ajuda do agronegócio, diga-se de passagem, foi capaz de reduzir a relação dívida/PIB, diminuir o Risco Brasil e fazer o País ganhar credibilidade. Porém, a política fiscal precisa evoluir. Existem outros aspectos em que ela pode ser considerada perdedora. As despesas têm taxa muito elevada, têm crescido em torno de 13% na última década e meia, e, para atingir as metas de superávit, foi necessário elevar a carga tributária de tal forma que hoje ela é um dos maiores entraves à competitividade da economia nacional.



Quero entender, então, se estamos cumprindo as metas fiscais, porque o Governo não está investindo e sabemos que, nos 5 primeiros meses deste ano, os investimentos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário atingiram 14,3 bilhões. Esse valor, apesar de vultoso, representa o menor dos últimos 3 anos.

A última pergunta. Pelo que se vê, Sr. Secretário, o atual regime fiscal induz um comportamento expansionista em períodos de sobreaquecimento e o contrário em fases de retração e ainda busca receitas extraordinárias em tempos de recessão. O que, na opinião do Tesouro Nacional, resultaria em maior eficiência na gestão pública e no maior nível de poupança governamental? Qual é a opinião do Tesouro Nacional sobre a eficiência da gestão pública e o maior nível de poupança por parte do Governo?

Pergunto isso porque acredito que faltam medidas para aumentar o crescimento sustentável do nosso País e, portanto, concentrar a nossa agenda numa agenda cada vez mais positiva, cada vez mais voltada para fazer crescer a nossa economia, melhorar a divisão desse bolo, diminuir as desigualdades sociais. É para isso que fazemos, na tarde de hoje, essas indagações ao senhor, de antemão já agradecendo a presença de S.Sas. na nossa Comissão Mista de Orçamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado Duarte Nogueira.

Não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito, vou pedir ao Secretário Arno que, na sua manifestação, possa também já fazer os encaminhamentos que entender necessários.

Se algum dos outros senhores também desejar fazer uso da palavra, o momento é agora.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO - Obrigado.

Eu vou responder na ordem — primeiramente ao Deputado Gilmar e, depois, ao Deputado Duarte —, agradecendo as duas... Acho que exatamente esse é o debate que devemos fazer no sentido de perceber como a ação do Governo é entendida pelos Parlamentares, com as diferenças normais do processo democrático, e, a partir daí, ter as sínteses melhores possíveis para o Brasil.

Infelizmente, Deputado Gilmar, a receita prevista nos dois decretos são, respectivamente, de 821 bilhões e 609 milhões, no primeiro relatório, e 821 bilhões e 614 milhões, no segundo. A receita que saiu aqui da discussão orçamentária foi de 853 bilhões. Nós estamos com uma previsão de receita neste momento que é, inclusive, abaixo do PLOA. Nós mandamos 831 e estamos hoje com uma previsão, já no segundo relatório, de 821 bilhões. E estamos com essa previsão inclusive com uma receita administrada, que é a receita decorrente da área tributária, da Receita Federal, também menor: 699, nos dois relatórios, contra 707, no nosso projeto, e 724 na Lei Orçamentária. Então, nós não estamos, até o momento, sequer no projeto de lei, aquilo que nós mandamos em termos de receita.

Agora, nós esperamos e trabalhamos, enfim, com a ideia de que a economia possa trazer um segundo semestre com melhorias do ponto de vista de arrecadação. Até o momento, isso não ocorreu, ou seja, até o momento, nós estamos com uma receita, e a previsão do decreto é feita a partir da receita executada, que é menor tanto do que é a LOA, quanto do que é o PLOA. Então, essa é a circunstância neste momento.

Agora, nós estamos trabalhando, sim, com liberações e com, reitero, total liberação do PAC. Então, não há obra do PAC, em nenhuma área — se alguém do Governo entendeu diferente, entendeu de forma equivocada —; não há, não houve, não haverá contingenciamento do PAC. Isso nós não temos. Pelo contrário, o Governo está o tempo inteiro trabalhando para que haja uma velocidade maior no investimento. Então, essa é a nossa... É isso que nós estamos fazendo, e vamos continuar a trabalhar nesse sentido.

Fizemos mudanças importantes na Portaria 507, que é a que regulamenta os convênios com os Municípios, no sentido de desburocratizar, no sentido de dar mais agilidade, no sentido de, inclusive, fazer com que os pagamentos financeiros sejam feitos com maior velocidade. Nós fizemos várias mudanças recentemente com esse objetivo. Quanto isso vai ser eficiente, suficiente, bom, a vida vai dizer. Mas nós estamos trabalhando nesse sentido.

Então, várias mudanças foram feitas para que os convênios possam ser executados com maior celeridade. E mesmo a legislação eleitoral, na verdade, o que ela estabelece é uma vedação para obras não iniciadas. Aqueles convênios, obras que já iniciaram, eles podem e devem continuar. Então, vamos dizer assim, eu não vejo que isso seja uma, vamos dizer assim, que vamos ter uma interrupção no processo de maior investimento; eu não enxergo isso. O Governo está trabalhando nesse sentido.

Deputado Duarte Nogueira, o decreto, sim, está trabalhando com meta cheia; achamos que é o adequado. A possibilidade, e é disso que se trata... Ou seja, a LDO não estabeleceu, em nenhum momento, que abate o PAC. O que a LDO estabeleceu — e, na nossa opinião, corretamente; nós temos insistido que esse é um mecanismo bom para o Brasil — é que pode abater os investimentos do PAC. Ao dizer que pode abater, isso



significa que podemos, já no primeiro dia do ano, liberar todo o PAC. É o que fazemos. Ou seja, a meta é cheia, mas, como eu posso abater o PAC, eu não preciso, primeiro, fazer o relatório, ver como vai ser a receita e a despesa. Não, se houver alguma dificuldade, abate, não há nenhum problema.

Nós trabalhamos com esse mecanismo porque ele desburocratiza, ele aumenta a velocidade do investimento. Acharmos que isso é uma boa iniciativa e vamos continuar; então, vamos fazer isso. Há contingenciamento de várias despesas em função disso? Sim, há contingenciamento, e essa é uma necessidade imposta pela LRF — a LRF determina que o Executivo faça uma avaliação de receitas e despesas e adapte isso ao longo do ano —, e o faz de 2 em 2 meses, através do seu relatório e posterior decreto.

Então, essa sistemática nós cumprimos, e fazemos os contingenciamentos necessários, assim como, quando é o caso, eventuais liberações.

Meta, portanto, do ano é meta cheia. Não há nenhuma, enfim, intenção de alteração disso.

Redução de receitas dos Municípios é uma questão que não se coloca dessa maneira. Veja que as receitas transferidas para Estados e Municípios, ou seja, o item transferências, têm um crescimento superior ao PIB nominal. Houve um crescimento das transferências a Estados e Municípios, constitucionais, de 2012 quanto a 2011, de 11,3%, e abatendo o PIB nominal de 3,7%. Portanto, nós temos hoje receitas de Estados e Municípios superiores, em termos do PIB, às que tínhamos em 2011 — então, do FPE e do FPM, as transferências da União. Eventualmente, os tributos próprios, aí cada um vai ter a sua evolução, por razões locais.

Agora, claro que nós gostaríamos e estamos trabalhando para que a economia cresça mais, e, com isso, as receitas municipais e estaduais. Então, digamos assim, é um momento de crise internacional relevante em que, digamos assim, o crescimento não está ainda na velocidade máxima que gostaríamos. Ainda é um processo de recuperação. Portanto, é normal que, neste momento, a arrecadação, eventualmente, municipal ou estadual, não seja aquela que vai ser, por exemplo, provavelmente, no segundo semestre. Estamos trabalhando com esse objetivo.

Com relação à nossa política para o BNDES, eu queria chamar a atenção para esse debate, que é da maior importância. O Brasil, durante muitos anos, colocou-se no seguinte dilema: começava a crescer um pouquinho, e, como a capacidade instalada da indústria não era suficiente, o crescimento econômico, ainda que não muito expressivo, gerava uma pressão inflacionária. A pressão inflacionária fazia com que a política monetária tivesse que agir, com o aumento dos juros, e ele passava a crescer menos. Portanto, uma das restrições para o crescimento era a capacidade instalada da nossa indústria de atender à demanda brasileira.

Por que trabalhamos com empréstimos ao BNDES e fizemos programas como o Programa de Sustentação de Investimento — PSI, que tem por objetivo fazer com que a nossa indústria tenha acesso a crédito de médio e longo prazos, a investimento? Porque num País em que a taxa de juro de curto prazo, a SELIC, é alta, é muito difícil que o setor privado faça o financiamento de longo prazo. Então, se não trabalhássemos com o BNDES, iríamos ficar numa espécie de círculo vicioso. Ou seja, como não há financiamento de longo prazo, já que a taxa de juros de curto prazo é alta, e ela não pode cair, porque com qualquer crescimento da inflação a política monetária precisa agir, o Brasil não conseguia sair disso.

Então, foi muito importante, continua sendo muito importante que o BNDES possa ser utilizado como uma fonte de financiamento para a indústria. Nós temos uma avaliação de que esse é um dos motivos pelos quais hoje o Brasil tem condições de crescer, de manter uma demanda em crescimento, sem pressões inflacionárias tão fortes como as que ocorreriam se não houvesse essa expansão de investimento. Essa é a nossa avaliação. Respeitamos outras. É um debate econômico e também de visões de sociedade, de política normal, mas a nossa é que o investimento, com apoio público no financiamento de longo prazo que o BNDES executa, é essencial para sair de uma espécie de círculo vicioso.

O resultado fiscal de tudo isso, a síntese disso, também respeitamos. Há quem ache melhor ou pior, agora o nosso argumento é muito preciso, objetivo. Qual é o nosso argumento? A dívida PIB do Brasil hoje é 35,7%; há alguns anos, era 63%. Então, a síntese de todos esses movimentos é que o Brasil tem uma dívida menor em relação à sua economia e tem também um gerenciamento, um perfil de dívida melhor. É um processo. Cada um pode ter sua avaliação, e entendemos que é importante o processo de discussão.

Sim, nós, no ano passado, fizemos um diálogo com os Poderes, inclusive com o Poder Legislativo, o Congresso Nacional, sobre os reajustes salariais das diferentes categorias e, felizmente, encontramos no Poder Legislativo apoio às teses que o Governo vinha colocando. Ou seja, dentro do diálogo normal e das atribuições de Poderes, o Poder Legislativo, a quem cabe votar o Orçamento, naquele momento, pelas razões colocadas,



entendeu que era importante para o Brasil manter a conta de pessoal dentro de certos parâmetros. E isso ocorreu — é normal.

Não vejo necessidade de tratar da matéria do ponto de vista de valores para os Poderes já na LDO. Entendo que o momento adequado para isso é o Orçamento, que é uma discussão na qual, inclusive, existem mais informações sobre a situação fiscal, já se avaliou como a economia andou, enfim, há mais precisão na estimativa de receita e, portanto, está mais claro quais são as despesas prioritárias do ponto de vista do Legislativo, do Executivo, do Judiciário. Essa é a minha opinião.

Por fim, sobre a eficiência do setor público, nós estamos trabalhando com a seguinte equação, Deputado: achamos que é importante que o Brasil aumente investimento. Por isso, fiz questão, já na minha exposição inicial, de referir e quero reiterar que o investimento público total do Governo Federal cresceu significativamente em 2012 em relação a 2011, mais precisamente 29%. Portanto, foi um crescimento expressivo, de 21,1 bilhões de reais, e o PAC cresceu 50%, 11,3 bilhões de reais. Então, há um crescimento em cima do investimento, e nós esperamos um crescimento maior no próximo período, porque aquele período de maturação das obras já ocorreu. Nós esperamos isso. Esse é o nosso prognóstico.

Agora, nós também achamos que algumas despesas de custeio são importantes. Por exemplo, uma das nossas prioridades é educação, o PRONATEC. Por que isso? Porque toda moderna teoria econômica nos ensina que se equiparam com uma condição de desenvolvimento e de crescimento de longo prazo ao investimento a capacidade e a qualificação da força de trabalho de um país e da sua educação. Então, se não há condição de melhorar a educação, há um fenômeno, no médio e no longo prazo, de dificuldade no crescimento. Então, nem toda despesa de custeio é igual. Muitas despesas administrativas, na nossa opinião, podem e devem ser contingenciadas, mas nem todas as despesas de custeio deixam de ter alguma influência econômica relevante. Cito a educação e também a distribuição de renda. Melhoramos muito no Brasil a distribuição de renda e temos uma demanda interna ativa, capaz de sustentar o crescimento, muito porque os programas sociais, Bolsa Família e outros, permitem que a miséria esteja diminuindo bastante — infelizmente, ainda existe e é significativa, mas vem num processo rápido de redução — e também que a distribuição de renda esteja em melhores condições.

Então, isso tudo é dinâmico do ponto de vista da economia e, na nossa visão, são despesas que melhoram a qualidade do crescimento econômico. Portanto, a qualidade do gasto público, sob esse aspecto, é melhor. Agora, cada um tem sua opinião, e a matéria sempre é discutível.

Para encerrar, agradeço a possibilidade de estar aqui novamente prestando conta da situação fiscal e reitero a nossa convicção, a nossa confiança de que este ano, mesmo com as ações anticíclicas que já foram feitas e que eventualmente venham a ser feitas, nós temos uma situação fiscal bastante positiva e que nos dá uma tranquilidade num momento em que muitos países, infelizmente, têm uma situação fiscal bem delicada. Essa mensagem de otimismo e de trabalho para sair desse momento internacional é a posição que enxergamos neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Agradeço ao Secretário Arno Augustin, que está acompanhado do Subsecretário Cleber Oliveira, do Coordenador Felipe Bardella e do Secretário-Adjunto George Soares, da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Cumpridos os objetivos da audiência, chamo a atenção dos senhores para a reunião que está marcada para amanhã às 14 horas. Se necessário, teremos reunião amanhã, às 18 horas e também à noite, com a intenção de enfrentar a pauta da Comissão.

Agradeço o comparecimento do Secretário do Tesouro, Sr. Arno Augustin, de sua equipe técnica e dos Srs. Parlamentares.

A reunião está encerrada.